

O SISTEMA EDUCATIVO E A HOMOGENEIZAÇÃO CULTURAL EM ANGOLA: QUE JUSTIÇA SOCIAL PELA DIVERSIDADE ÉTNICA?

Dinis Kebanguilako - Angola

INTRODUÇÃO

A República de Angola pela sua história e geografia é um país de África, parte do seu território se encontra localizada na África Central e a maior parte na África Austral. É resultado de um longo processo de desenvolvimento endógeno com largas influências externas e seculares. Constituída como nação livre e soberana a 11 de Novembro de 1975, o que a coloca entre as mais jovens repúblicas africanas. Sua rica e longa história se divide em três grandes períodos desequilibrados quanto ao tempo de vigência, mas que carrega cada um deles características próprias e diferenciadas, a saber:

- Pré-colonial, (da formação dos estados à fundação da colônia)
- Colonial (da fundação da colônia à independência nacional)
- Pós-colonial (da independência nacional aos nossos dias).

Esta periodização da História de Angola não difere em muito com a maioria das histórias nacionais em África, uma vez que quase todos os Estados africanos atuais embora sejam pela sua configuração geográfica construção das potências coloniais europeias eles existiram antes da presença colonial europeia em África não com as denominações nem as configurações que apresentam hoje como Estados soberanos, mas como sociedades independentes, com formações políticas e econômicas diversificadas. Alguns destes Estados, como Kongo, Mali, Songhai entre outros ficaram fragmentados entre vários países atuais, enquanto que na sua maioria constituíram um aglutinar de vários povos num mesmo espaço geográfico.

Desde os tempos mais remotos a educação foi sempre um processo que visou a preparação do homem para as exigências da vida em todos os domínios: político, econômico, social e cultural. Por esta razão os funcionalistas afirmam que a educação cumpre quatro funções: Acadêmica, Distributiva, Econômica e Política (Júnior 1993), O Sistema de Educação deve estar adequado para a formação integral do indivíduo com vista o estabelecimento de relações recíprocas entre o homem e o mundo circundante, ou seja, a sociedade. Fato este que nem sempre foi encarado com esta perspectiva.

No espaço geográfico chamado hoje Angola, desenvolveram-se vários Estados africanos antes da presença europeia no século XV. Chamados na maior parte das vezes erroneamente de “reinos africanos”, são formações políticas, econômicas e sociais que se desenvolveram, política e economicamente independentes entre si, existindo de fato,

relações de toda ordem entre alguns Estados da região que abrange parte da África Central e outra da Austral. Estes Estados, cada um deles desenvolveu sua própria organização política, econômica e social, formas de governação, diferentes maneiras de ser e de estar no mundo, modos de produção e atividades econômicas diferenciadas, sendo a principal em algumas sociedades, a agricultura, em outras, pastorícia, outras ainda conciliavam a caça, a pesca e a recoleção. A característica comum destas sociedades é o valor atribuído à oralidade na preservação da memória coletiva e na transmissão de diferentes saberes e experiências acumuladas de gerações mais velhas às gerações mais novas, uma vez que não desenvolveram a escrita. Mas o processo de educação esteve sempre presente e distinguindo-se em na maior parte delas duas formas de educação: **Educação Formal** e **Educação Informal**. Ao contrário do que é defendido por alguns estudiosos de África, não foram os Europeus que introduziram a educação em África. Como afirma Laurindo Vieira, sociólogo angolano:

Apesar dos portugueses terem encontrado em África povos sem escrita é de um reducionismo arcaico pensar que os povos que habitavam Angola não praticavam a educação. Também não corresponde à uma verdade histórica afirmar que a educação nesta parte do continente começou com o processo colonial. Estes povos desenvolviam uma educação natural. Este tipo de educação visava a transmissão de geração em geração, os contos, os valores culturais e as próprias experiências de vida através da tradição oral. (Vieira 2007:32)

Em Angola o processo de ensino escolar à molde ocidental com o uso da escrita começou ainda nas primeiras décadas do século XVI no Reino do Kongo, muito antes do país se constituir na unidade como hoje é conhecido. Foram os padres católicos os primeiros a ensinar a língua portuguesa e conhecimentos rudimentares de matemática para além do evangelho de Cristo que era sua missão fundamental à corte real do Kongo. Com a fundação da colónia em 1575 o processo se vai estender à Luanda e no século seguinte a Benguela em 1617. (Gonçalves, 2005)

Será a ordem dos Jesuítas a responsável pelo processo de ensino em Angola no período compreendido entre 1575 a 1759. Neste período a educação em Angola cingia-se exclusivamente a pequena população branca que vivia nas colónias de Angola (Luanda e Benguela).

De 1759 a 1792 as mudanças políticas ocorridas na metrópole com a ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido por Marquês de Pombal trouxeram para Angola pequenas mudanças no processo de educação. Dentre as mudanças introduzidas

por Marquês de Pombal constava a reforma educativa. Marquês de Pombal preocupado com o atraso económico e industrial de Portugal elegeu a educação como sendo instrumento capaz de impulsionar o desenvolvimento do país por esta razão incetou uma série de reformas no sistema de ensino. Não obstante a reforma poucas ou quase nenhuma mudança trouxe para Angola. A educação continuava restrita à população branca.

Depois do chamado período pombalino de 1792 a 1845 registrou-se na história de educação de Portugal e conseqüentemente de Angola o período do reinado de D. João I com todo um conjunto de reformas educativas que culminou em Angola com o surgimento do ensino público oficial. Pela primeira vez era instituída em Angola o ensino oficial pois que no período anterior esta responsabilidade havia sido atribuída à Igreja Católica. Depois de um período aproximado de três séculos de ocupação europeia em algumas localidades, e de apenas presença em outras, o ensino oficial chegaria à Angola somente no meado do século XIX. Em 1845 um decreto assinado por Joaquim Falcão marcou o início da educação oficial em Angola. Este decreto também é referido como sendo o prenúncio da abertura dos primeiros alicerces da escola pública no ultramar português e especialmente em África, como frisou Ávila de Azevedo citado por Laurindo Vieira. (Vieira, 2007:45) Apesar do que se pode considerar progressivo no processo educativo a população negra foi mantida fora do sistema. Somente em 1926 depois da configuração e consolidação do Estado colonial em Angola começa a criar-se um incipiente sistema educativo angolano pois que ao lado das escolas missionárias foram criadas novas escolas estatais sobretudo nos grandes centros urbanos. . (Vieira, 2007:46).

No período anterior ao ano de 1975 toda história de educação em Angola está naturalmente vinculada à história de educação em Portugal por esta razão a ascensão de Salazar em Portugal trouxe pequenas mas marcantes mudanças em Angola no domínio da educação, foi implementado um sistema educativo por muitos considerado de “Apartheid na educação” com separação clara de educação para brancos e educação para negros. Para a população negra considerada “indígena” foi implementado um sistema de educação que não ia para além da 2ª classe e era feito na maior parte das vezes não em menos de quatro anos. Pois dois anos calendários ou mais valiam um ano escolar. Este processo vai durar até início da década de 40 do século XX.

De 1926 a 1941 muito pouco se fez pela formação da população indígena. Até 1930 o sistema de educação para indígenas contava apenas com um número perto de 2000 alunos distribuídos entre as “escolas-oficinas” e “escolas rurais”. Em 1937 estes tipos de escolas foram extintos e no seu lugar surgiram as escolas elementares de arte e ofícios¹. Nunca foi

preocupação do regime colonial português a questão da educação da população indígenas. Para eles os negros africanos não possuíam capacidades intelectuais mercê de uma educação. Os negros deveriam servir para o trabalho que exigia a força física. A missão do regime colonial português era de formar homens para o trabalho pois que assim entendiam os ideólogos portugueses, como podemos ver no discurso que segue:

A ideia de uma educação dos negros é, portanto absurda não só perante a história como também perante a capacidade mental dessas raças inferiores. Só com um lento e longo cruzamento com sangue mais fecundo poderá gradualmente ir transformando-as; e é exatamente isso o que de um modo espontâneo e natural veio sucedendo desde a uma idade em que ainda os europeus se não preocupavam com a África.

OLIVEIRA MARTINS

O problema de educação dos angolanos deixara de ser apenas um problema social. Era para alguns ideólogos coloniais um problema biológico. Pois que o século XIX na continuidade de um movimento que vinha sendo divulgado desde século XVIII considerava a população negra africana como uma espécie humana inferior às outras raças, chegando inclusive em alguns casos a se considerarem como animais irracionais pondo em causa a sua racionalidade. É neste âmbito que se enquadra a afirmação de Oliveira Martins.

Um outro pensamento de um dos maiores ideólogos da colonização portuguesa considera o negro africano apenas útil para o trabalho físico e pouco utilitário para o trabalho intelectual, daí se torna desnecessária a educação dos negros mas sim a obrigação dos mesmos para o trabalho como defendia António Enes.

Desenganemo-nos Sr. Ministro, se não soubermos ou não quisermos obrigar o negro a trabalhar, e não podermos aproveitar-lhe o trabalho, teremos a curto trecho de abandonar a África a quem seja menos sentimental e mais utilitário de que nós, menos doutrinário no legislar e mais prático administrar; e esse nosso abandono forçado nem se quer beneficiará os indígenas porque Portugal é e ainda continuará sendo depois de impor a obrigação de trabalho o soberano mais benigno e mais humanitário de quantos têm bandeira arvorada no continente africano.

ANTÓNIO ENES

¹ http://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_em_Angola, acesso 22de maio de 2013

Tanto o primeiro quanto o segundo discurso, ambos confirmam que a política colonial europeia em Angola e em África em geral estava virada para o trabalho e não para educação tal como deixou claro Basil Davidson quando dizia: “A História dos africanos sob sistema colonial é fundamentalmente a história das leis e das práticas de trabalho”.(Vieira, 2007:38)

Com a colonização efectiva no final do século XIX e princípio do século XX o território fora totalmente ocupado pelos portugueses e continuava a Igreja Católica com a missão de escolarizar a camada privilegiada da sociedade colonial que constituía uma pequena minoria da população local. A situação viria a mudar consideravelmente com a missionização protestante do país pelos ingleses da BMS², os canadenses e americanos metodistas, congregacionais e presbiterianos da ABCFM³ que teve início no final do século XIX. A maior parte da população indígena letrada será formada nas escolas das missões protestantes.

Durante quase todo o período da vigência do sistema colonial em Angola, a educação se tornara um instrumento da colonização para a camada populacional que tinha este privilégio e ela foi totalmente vetada para a maioria da população colonizada. Depois da oficialização da educação em 1845 como atrás foi mencionado com o Decreto de 14 de Agosto de 1845, onze anos mais tarde foi publicada uma portaria régia de 19 de Novembro de 1856 subscrita por Marques de Sá de Bandeira, o mesmo que havia decretado em 10 de Dezembro de 1836 o fim do tráfico de escravos nas possessões portuguesas, portaria esta que determinava que os filhos dos régulos, sobas e outros responsáveis do poder tradicional deveriam ser educados em Luanda e às expensas do Estado português sob responsabilidade do Governador-geral. (Zau, 2012:195) O principal objetivo desta portaria era o de proporcionar aos descendentes das autoridades locais uma educação diferenciada instrumentalizando-os para o processo da difusão e expansão da portugalização. A educação continuava a ser um privilégio para a minoria e era um instrumento para a

² A Baptist Missionary Society (BMS), Sociedade Missionária Batista chegou em Angola no final do século XIX e estabeleceu-se no território que corresponde ao antigo Kongo as atuais províncias angolanas do Zaire e Uíge.

³ ABCFM. American Board of Commissioners for Foreign Missions, junta Americana de Comissários para missões no estrangeiro, é uma organização missionária americana que muito contribuiu com a implantação de missões protestantes na região centro sul de Angola e conseqüentemente na educação dos angolanos no período colonial.

assimilacionismo cultural dos angolanos. Somente em 1975 depois da independência de Angola é que o processo foi aberto para todos os angolanos.

Como atrás foi já frisado a constituição da colônia de Angola data de 1575. Apesar do processo de colonização efetiva ter iniciado no final do século XIX uma considerável parte do território e da população esteve sob jugo colonial durante séculos. Neste período a educação foi instrumentalizada para fins coloniais tendo sido a base do processo de *homogeneização cultural* das populações de Angola. O regime colonial não respeitava a diversidade cultural dos angolanos resultado da multiplicidade étnica das suas populações. Será nas políticas educativas e no sistema educativo um dos terrenos pelo qual o sistema colonial português procurou “portugalizar” os africanos desta região que se veio chamar Angola.

Em 1940 foi assinado entre o governo português e a Igreja Católica um acordo no domínio da educação que ficou conhecido na história com o nome de “Acordo Missionário” que atribuía à Igreja Católica a responsabilidade da escolarização dos indígenas. O Estado através do ensino regular encarregaria-se na educação da população branca e da ínfima minoria mestiça e da elite negra enquanto que as missões católicas responderiam pela educação dos negros. Em 1941 foi aprovado o Estatuto Missionário que regulamenta a execução prática dos Acordos.

O ensino para os indígenas pelas escolas das missões católicas passou a designar-se “Ensino rudimentar” e mais tarde passou a chamar-se “Ensino de adaptação” e estas escolas por força do acordo tinham reconhecimento oficial ao passo que as escolas das missões protestantes que desenvolviam o mesmo trabalho senão um maior e mais completo processo de educação não tinham reconhecimento oficial. Até finais da década de 50 do século XX a maioria das crianças angolanas frequentam as escolas de catequese das missões católicas que não faziam parte do sistema oficial do ensino⁴.

Com o início da luta armada pela libertação de Angola no ano de 1961, Portugal adoptou medidas políticas e sociais que mais se aproximavam a inserção social dos indígenas à sociedade colonial. A primeira destas medidas foi a abolição do estatuto de indigenato que dividia a população local em “assimilados” e “indígenas”. Todos passaram a ser considerados “cidadãos”. A segunda destas medidas foi a extinção das escolas do ensino de adaptação que eram exclusivas para negros e unificou-se o sistema de ensino. Estabeleceu-se um ensino primário de quatro anos antecedido de um ano pré escolar. Foram criadas escolas preparatórias de dois anos intermediando o ensino primário do liceal. Igualmente foram fundados em várias regiões do país institutos profissionais de

⁴ http://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_em_Angola, acesso em 22 de Maio de 2013

nível médio e finalmente ainda no ano de 1962 foi criado o ensino superior em Angola. Todas estas mudanças no sistema de ensino angolano tiveram como pano de fundo as reivindicações políticas manifestadas no ano de 1961 sob diferentes formas de resistência à ocupação colonial. De 1962 a 1973 registra-se um aumento de cerca de 500% da população estudantil no ensino primário e secundário. Foi o período de maior inserção populacional no sistema de ensino colonial. Apesar de tudo estava-se muito longe de se resolver o problema de analfabetismo. Será neste clima que Angola chega à sua independência em 1975 com uma herança colonial de 85% da população analfabeta. Apesar das políticas de gratuidade e acessibilidade ao ensino, depois da independência nacional a educação foi novamente tomada como instrumento de “ideologização” da sociedade angolana. O slogan político “Angola é um só povo e uma só nação” cabia apenas no domínio da política, porque o país nunca foi um único povo e tão pouco uma única nação. Era um conjunto (e continua a ser) de diferentes povos com tradições culturais diferenciadas entre eles (pese embora a intensão do regime colonial português de silenciar as culturas africanas), falantes de línguas diferentes e com uma história que até mesmo no período colonial não era comum para todos os povos de Angola.

Alguns povos de Angola tiveram interação com o colonizador desde o século XV e outros apenas no século XX conheceram a presença europeia nos seus respectivos territórios. A tentativa do MPLA de criar um Estado-nação com recurso ao sistema educativo procurando a homogeneização das diferentes culturas existentes se pode entender também como um processo de “hegemonização cultural” da sociedade. Daí que tanto no período colonial quanto na primeira República a educação foi recorrida a cumprir o papel de instrumento de ideologização da sociedade.

Nos nossos dias a educação ou seja os sistemas, as políticas e os processos educativos tornaram-se questões centrais de maioria dos países do mundo face a degradação cada vez maior dos valores cívicos e morais assim como do próprio sistema de aprendizagem onde a jovem geração continuadora do processo evolutivo dos Estados é cada vez mais, mal preparada nas instituições públicas de ensino, de ponto de vista científico, técnico e tecnológico. Os estudiosos da educação e todos os cientistas sociais são chamados a reflectir sobre o processo de educação no mundo. Tornaram-se cada vez maior as discussões no seio académico e na sociedade os problemas sobre a qualidade de ensino tanto nos países desenvolvidos quanto nos chamados “subdesenvolvidos” ou em vias de desenvolvimento conforme a terminologia de consenso.

O próprio conceito de educação nos nossos dias se vai tornando cada vez mais ambíguo, quer no seu sentido lato ou mesmo no sentido restrito. A questão colocada continua a ser: O que é a educação e para que serve?

Várias são na verdade as possíveis respostas a esta questão e muitas delas podem ser válidas em dependência da base científica em que ela for analisada. Mas, contudo pensamos que é na sociologia, ou seja, nas teorias sociais onde poderemos encontrar uma resposta ou várias respostas que se aproximam mais à realidade da questão que nos é colocada.

Este nosso trabalho não visa explicar o que é a educação, o principal objetivo é discutir como o sistema educativo angolano foi instrumentalizado pelo regime político para a implementação e expansão ideológica bem como para a homogeneização cultural dos angolanos. O nosso foco são as políticas públicas no domínio da educação que foram implementadas durante a primeira República angolana, que culminaram no processo de *homogeneização cultural* e de *hegemonização cultural* através da educação no período pós-independência? Como estas políticas foram instrumentos do poder político para a homogeneização e/ou hegemonização cultural em Angola?

A POLITIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA 1ª REPÚBLICA ANGOLANA

Angola assim como todos os países africanos colonizados por Portugal tornou-se independente em meado da década de setenta do século XX. A independência de Angola ocorre num momento histórico específico da conjuntura política mundial. Vivia-se o clima da Guerra Fria que condicionou o desenvolvimento político e económico dos Estados recém-independentes de África. Apenas duas opções com certo carácter de imposição se apresentava aos novos regimes políticos africanos: A via do desenvolvimento socialista com a antiga União Soviética à testa desta linha ou a de desenvolvimento capitalista com os Estados Unidos de América à cabeça.

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) que havia conquistado a independência de Angola em Novembro de 1975 oficializou a opção pela via de desenvolvimento socialista em 1976 na III Reunião Plenário do seu Comitê Central realizada de 23 a 27 de Outubro, tendo definido o Marxismo-Leninismo como ideologia partidária.

Logo após a independência o novo regime traçou como principal objetivo a destruição dos marcos do regime colonial em Angola e a construção de um país novo, um Estado novo que apenas seria possível com a formação do “homem novo”. Tudo que

lembrava a colonização deveria ser mudado. O novo país deveria assentar numa estrutura política, econômica e social nova, diferente da estrutura colonial que excluiu a maioria da população no exercício da sua cidadania.

Como atrás nos referimos o país herdou do regime colonial português uma taxa de analfabetismo na ordem de 85%, a formação do novo homem encontrava assim o seu primeiro “handicap” e para transpor esta primeira barreira, o Estado angolano vai proclamar a Campanha Nacional de Alfabetização⁵. Que veria a ser a segunda política pública no domínio da educação na Angola independente, pois que a primeira foi a reformulação do sistema educacional e a nacionalização da educação.

O projeto de alfabetização era considerado uma prioridade do Estado dentre as várias tarefas que o novo regime deveria implementar, diferenciando-se do regime antecessor. Por esta razão apesar da responsabilidade da sua execução ter sido entregue ao Ministério da Educação através da Comissão Nacional de Alfabetização criada para este fim, a responsabilidade política era do MPLA como força política dirigente da sociedade angolana. A nova sociedade a ser construída não se compadecia com cidadãos analfabetos. Se por um lado a Campanha Nacional de Alfabetização visava incluir no projeto de cidadania os excluídos de ontem por outro lado este projeto visava também a formação de uma mão de obra com alguma qualificação capaz de contribuir para o processo de reconstrução do país. Porém o principal objetivo era o da formação da consciência política e ideológica da população angolana. Ambrósio Lukoki, o primeiro Ministro da Educação de Angola, citado por Laurindo Vieira afirmou:

«A alfabetização como tarefa prioritária da Educação, é um ato político, econômico social e cultural. É parte integrante das conquistas do nosso povo, das conquistas do MPLA, é um ato que dignifica o homem angolano, um ato de responsabilidade e de desenvolvimento do nosso país, que é um fator importante. Neste sentido sendo ato político, econômico, social e cultural, a alfabetização embora com dificuldades encontrou no nosso povo entusiasmo e aquele espírito de sermos angolanos de sermos militantes de sermos homens responsáveis, de sermos povo a procura da ciência, do conhecimento científico». (Jornal de Angola 15 de abril de 1977)

⁵ A Campanha Nacional de Alfabetização foi um movimento político-social de abrangência nacional do ponto de vista territorial e populacional. Toda a população angolana foi envolvida no projeto independentemente da etnia, raça, idade ou credo religioso e estendeu-se por todo espaço territorial das zonas urbanas às mais recônditas regiões rurais.

As palavras do então Ministro da Educação mostram por si, quão importante era este projeto para o regime angolano e qual era a dimensão política e social da Campanha para o partido que governava a República de Angola.

Para a concretização do projeto político do MPLA depois da oficialização da via de orientação política e ideológica feita em Outubro de 1976, em Dezembro de 1977 o MPLA se constituiu num partido marxista-leninista com a realização do seu primeiro Congresso. À sua designação foi acrescida a nomenclatura “Partido do Trabalho”, passando a designar-se: MPLA Partido do Trabalho, que os próprios documentos do partido o definiam de seguinte forma:

« O MPLA- Partido do Trabalho é o partido da vanguarda da classe operária que une numa aliança sólida os operários, os camponeses, os intelectuais revolucionários e outros trabalhadores dedicados à causa revolucionária do proletariado visando materializar o objetivo estratégico que é a construção da sociedade socialista.» (in Estatuto do MPLA-Partido do Trabalho).

A opção de desenvolvimento socialista feita pelo MPLA entendia-se como a única via capaz de trazer para os angolanos o bem estar social e a dignidade perdida durante a colonização portuguesa. Para a classe dirigente do MPLA, a outra via era tida como a de continuidade da opressão, da exploração e da exclusão. A cópia de modelos políticos de países europeus e asiáticos introduzidos em África sem tomar em conta as realidades económicas, sociais e culturais dos seus países constituiu um sério problema para os africanos.

Para a persecução dos seus objetivos o MPLA começou por nacionalizar a economia do país, criando aquilo que chamavam de base socialista da economia. Todas as empresas estratégicas do país foram nacionalizadas e as grandes empresas do capital privado foram confiscadas e acusadas de estarem ao serviço dos inimigos da revolução. Começava assim a grande intervenção do Estado na economia nacional.

Uma vez concretizada a questão económica, o MPLA iniciava assim a criação das premissas ideológicas da construção de uma sociedade rumo ao socialismo, para tal necessitava estender a sua base ideológica no seio da população. Foram criadas organizações juvenis e de massas. Os jovens com a idade compreendida entre os 15 e 30 anos foram enquadrados na JMPLA, organização juvenil do MPLA, que em 1978 passou a designar-se JMPLA-Juventude do Partido. As crianças a baixo dos 15 anos foram enquadrados na OPA, Organização dos Pioneiros de Angola e que passou a chamar-se mais tarde de Organização dos Pioneiros Agostinho Neto em homenagem ao primeiro

Presidente da República de Angola, falecido aos 10 de Setembro de 1979 em Moscovo, vítima de um câncer no pulmão. Enquanto isso as mulheres eram filhadas na Organização da Mulher Angolana, OMA, e todas estas organizações de massas se encontravam sob direção do MPLA. Nenhuma outra organização social, juvenil, estudantil ou de qualquer outra natureza poderia existir em Angola se não fossem aquelas que o MPLA orientava e dirigia. Toda a população angolana encontrava-se de uma ou de outra forma filhada a alguma organização partidária ou de massas do MPLA. A liberdade de exercício político não era exercida. Qualquer ideia ou opinião divergente ao do partido no poder era considerada contra revolução.

É neste clima político e social que o MPLA procura criar o Estado-nação em Angola. Os movimentos de libertação nacional criados para lutar contra a colonização portuguesa e que foram signatários com o MPLA dos Acordos de Alvor em Janeiro de 1975 visando a transição do país do regime colonial à independência foram “diabolizados” e cunhados de “fantoques” ao serviço do imperialismo internacional. O exercício da atividade política fora do MPLA foi proibido, assim como a formação de partidos políticos. Foi criado um sistema de partido único e todos os angolanos de todas etnias, regiões, classes sociais, raças, crença religiosa e idade deveriam de uma ou de outra forma filharem-se ao MPLA e às suas várias organizações de massas e juvenil. Incentivou-se o slogan político: «MPLA é o Povo e o Povo é MPLA».

Como podemos ver o MPLA acabava de se tornar um partido político hegemônico, assumindo unilateralmente a direção do Estado e da sociedade em nome de toda a população angolana mesmo para aqueles que não se reviam com a orientação da sua linha política e para fortalecer os pilares do regime foi legitimado o papel dirigente do MPLA nos domínios político, económico e social, com a introdução na Lei Constitucional aprovada em 1978, do seguinte texto:

«Toda a soberania reside no Povo Angolano. O MPLA-Partido do Trabalho constitui a vanguarda organizada da classe operária e cabe-lhe como Partido marxista-leninista, a direção política, económica e social do Estado nos esforços para a construção da sociedade socialista» (Correia e Sousa, 1996: 155 in Vieira 2007:155).

O SISTEMA EDUCATIVO COMO INSTRUMENTO DA HEGEMONIZAÇÃO E HOMOGENEIZAÇÃO CULTURAL

Com a hegemonização política da sociedade, sendo o MPLA a única força política legal no país, um dos elementos chave encontrado para a expansão da ideologia marxista-leninista foi o sistema educativo. Como o MPLA vai instrumentalizar a Educação para os seus propósitos políticos e ideológicos? O primeiro passo para este objetivo foi a nacionalização do sistema educativo angolano. Em Dezembro de 1975 foi promulgada a Lei nº 4/75 de 9 de Dezembro, que nacionaliza todo o sistema de educação e ensino. E por força desta lei o Estado chamou para si toda a responsabilidade da educação através do Ministério de tutela, sob orientação do MPLA. (Vieira 2007:103)

O novo sistema educativo tinha que ser diferente em relação ao sistema colonial. Dois princípios constituíam os pilares deste novo sistema: a obrigatoriedade e a gratuidade. O ensino se tornava assim obrigatório e acessível para toda a população angolana, ao contrário do que aconteceu no período colonial. E somente o Estado era responsável pelo processo de formação, colocando por fora desta responsabilidade (as Igrejas como vinha acontecendo) e as Instituições privadas. O principal objetivo era a formação do “homem novo” despido de todos os preconceitos da sociedade anterior visando a construção do socialismo.

Com o alargamento da gratuidade e acessibilidade ao sistema de ensino, como dizia Laurindo Vieira, a escola tornou-se um lugar de socialização e de aquisição de novos saberes para todas as crianças angolanas sem distinção de carácter étnico, racial, cultural, religioso, de idade ou sexo. E, em função desta “nova escola” e perante o discurso político de igualdade social frequentemente utilizado na época, as diferenças raciais, étnicas, religiosas e culturais entre crianças de diferentes estratos sociais foram uniformizadas. (Vieira, 2007:106)

Foram eleitos os “heróis da pátria”, individualidades da vida política do MPLA foram indicadas pelo partido como heróis nacionais de diferentes estratos sociais, aos quais todo o povo e, sobretudo as crianças deveriam honrar e glorificar. Hoji ya Henda como patrono da juventude angolana, Deolinda Rodrigues a heroína símbolo da mulher angolana, Pioneiro Augusto Ngangula o herói das crianças, para citar apenas alguns exemplos. A nova sociedade, socialista tinha como pressuposto a formação do “homem novo”, recuperando os valores da cultura nacional negados pelo colonizador. Num país multi-étnico como é Angola estes valores diferenciam-se de uma região para outra. O principal dentre todos estes valores é o uso das línguas africanas, que nas circunstâncias políticas da época, este uso da língua em determinados meios era tido como manifestação do tribalismo e do regionalismo e as crianças eram incentivadas a falar a língua portuguesa, considerada pelo regime como sendo a língua de comunicação entre os

angolanos, por isso ganhou a denominação de “Língua veicular” porque para o regime político o português era considerado o veículo para a comunicação entre os angolanos, uma vez que são várias as línguas faladas em Angola. Este mecanismo ao invés de contribuir para o resgate dos valores culturais angolanos contribuiu na negação da cultura africana e cimentou ainda mais o uso da língua portuguesa no país criando uma homogeneização da cultura num país multicultural. A escola será um instrumento valioso nas mãos do regime para esta homogeneização cultural.

Se a obrigatoriedade do ensino primário e a gratuidade do ensino a todos os níveis são princípios positivos do novo sistema de educação, muitos são os elementos que marcaram negativamente este sistema tendo contribuído na sua instrumentalização política e ideológica, o que contribuiu na hegemonização e homogeneização cultural, idealizadas pelo partido dirigente da sociedade angolana.

O MPLA apesar de se definir partido marxista-leninista, não soube aproveitar a sua ideologia para resolver muitos dos problemas que a sociedade enfrentou nos anos seguintes à independência. A euforia política e o impensável desejo de aniquilar todas as marcas da colonização influenciaram negativamente o sistema de ensino. É na antiga sociedade que se encontra a essência do surgimento do novo, o que quer dizer que nem tudo da antiga sociedade deveria ser jogado fora para construir o novo. Não precisava “jogar na lixeira” tudo que era do regime colonial e até mesmo no domínio da educação. Com a nacionalização da educação e ensino em Angola e a aprovação do novo sistema educativo, foram substituídos os currículos, os programas, os conteúdos e consequentemente os manuais escolares. Os novos manuais eram de cor vermelha e amarela com as letras escritas na cor preta, representando as cores da bandeira do MPLA e por sinal as mesmas que tinham passado para a bandeira nacional. Na parte posterior da capa dos manuais escolares tinha a seguinte frase: “*Estudar é um dever revolucionário*”. O primeiro passo do processo da ideologização começava na escola com o simples contacto com o manual escolar.

Ainda relacionado aos manuais escolares, os conteúdos políticos e ideológicos estavam presentes em todos eles. Quais todos os temas abordavam conteúdos como os valores cívicos, morais, como “amor à Pátria”, “fidelidade aos objetivos da revolução” e da construção do socialismo, “honra e glória aos heróis”. Nestes mesmos manuais todos os heróis do MPLA são elevados ao grau de heróis nacionais. As datas históricas do MPLA são consideradas feriados nacionais. O regime político vai utilizar a educação para perpetuar os processos de homogeneização e hegemonização simultaneamente. Como frisou Laurindo Vieira:

«Os livros didáticos são transformados em instrumentos privilegiados do poder, para a ideologização da educação e o elo importante através do qual a partidarização do ensino começa a tomar forma. Assim tal como na época colonial onde os livros didáticos funcionavam como veículos que impulsionavam o sentimento de unidade em torno do império colonial, o MPLA embora querendo romper com os signos do sistema colonial de ensino acabou por assimilar alguns elementos da política colonial, e tal como o colonialismo utilizou os manuais didáticos com o fim de criar o sentimento de unidade nacional em torno dos seus objetivos» (Vieira 2007:110)

Os currículos escolares e os programas das disciplinas foram montados com o objetivo de uma formação ideológica visando a construção de uma sociedade socialista. Algumas disciplinas como História de Angola refletiam a História do MPLA e não a do País como um todo, e ela foi ensinada de acordo à visão partidária do MPLA. Figuras e fatos históricos importantes foram deixados fora dos conteúdos de História de Angola que se ensinava na escola por razões de ordem política e ideológica. Assim pensava-se em estimular sentimentos de amor aos heróis do MPLA e ódio e repulsa às outras figuras históricas, chamadas (usando a terminologia política da época) de “inimigos da revolução angolana”. Parafraseando Xavier Bonal citado por Laurindo Vieira: “Os valores transmitidos pela nova escola angolana não deixam de ter uma analogia com os valores veiculados pela escola de massas”, porque um dos objetivos desta escola é de criar valores de interesse estatal e nacional, havendo assim nestes sistemas, transmissão de valores da nação adaptados ao currículo. (Vieira, 2007:111).

Não há nenhuma dúvida de que o País precisava de um novo sistema educativo e de uma nova escola. E concordamos plenamente com a ideia segundo a qual a tarefa de educação é uma responsabilidade do Estado angolano e por esta razão a Educação foi nacionalizada logo no início da 1ª República. A situação vivida no período colonial deveria de fato ser corrigida, o que no nosso entender não significa que a nacionalização da Educação deveria ser a sua partidarização. Mas na República Popular de Angola (designação da 1ª República), o Estado e o Partido MPLA se confundiam no processo de hegemonização política, social e cultural.

A gratuidade de ensino e as facilidades de acesso, aliadas ao fato da Educação ter sido definida como prioritária nas tarefas do Estado proporcionou uma explosão escolar (elevado número de alunos perante uma gritante escassez de infraestruturas, professores e material escolar). Perante esta situação algumas medidas foram tomadas: A improvisação

de salas de aulas, o recrutamento de cidadãos com certo nível de escolaridade para a função de docência (sem um prévio treinamento) e a “importação” de “professores” dos países chamados socialistas com maior destaque para Cuba, com a implementação do Brigada Che-Guevara. Outros professores vieram da ex URSS, da Alemanha Democrática, da Bulgária e do Vietnã, a maioria não falava a língua portuguesa, que era o primeiro dos vários constrangimentos e contrariedades. O segundo, são cidadãos que vinham de culturas adversas às diferentes culturas de Angola e presume-se que alguns nunca tenham exercido qualquer função de docência nos seus países de origem dada a dificuldade que encontravam na transmissão de conhecimentos. Num processo tão complexo como o de Ensino-Aprendizagem, o principal elemento em comum na atuação destes “professores” em Angola era a ideologia. Fator que contribuiu negativamente no projeto da construção e formação do “homem novo”.

A 1ª República angolana foi caracterizada pela consolidação do poder político do MPLA através do processo da ideologização de toda população angolana com a implementação de novos valores (alheios à sua cultura) visando a construção de uma sociedade que se esperava socialmente mais justa. Na verdade algumas franjas importantes da sociedade foram excluídas deste projeto. Com a legitimação do MPLA como partido da vanguarda da sociedade angolana começava o processo da homogeneização política, social e cultural e cabia à Educação a tarefa de veicular os valores de amor à Pátria e dos ideais do partido enquanto instrumento de ideologização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo sem querer fazer história da educação em Angola, pois não é este o foco deste trabalho, para compreensão do processo e do contexto histórico em que se enquadra a nossa abordagem, fizemos recurso ao processo de educação e ensino no período colonial e ficou suficientemente demonstrado que durante todo o período colonial, o regime não se preocupou pela educação dos angolanos e o sistema utilizou várias formas para retirar ao angolano a sua identidade inculcando nele uma (identidade) subordinada à identidade cultural do colonizador. E a educação foi um instrumento privilegiado de aculturação dos angolanos. Por outro lado em nome da nação portuguesa os angolanos foram obrigados a abandonar as suas culturas e assimilarem a do colonizador na tentativa da homogeneização cultural de todo o espaço imperial português, as culturas endógenas, locais desapareceriam. Em parte se conseguiu, mas vários povos de Angola continuam a

preservar suas culturas, e as línguas angolanas continuam a ser faladas, em algumas regiões mais que noutras por razões históricas.

Com a independência nacional, se por um lado se procurava aniquilar todas as marcas da colonização portuguesa, por outro lado se estava a materializar as mesmas práticas do colonizador. Na tentativa de se criar um Estado-nação, o MPLA levou avante um processo de homogeneização cultural através da ideologização da população.

A política de exclusão social de uma parte dos angolanos que não se identificavam com linha política e ideológica do MPLA, no lugar de consolidação de uma nação foi um grande obstáculo ao processo de unidade nacional, num país multi-étnico e multicultural. A ideia da formação do Estado-nação através da ossificação da diferença por via ideológica não favoreceu a unidade da nação, acentuou ainda mais as diferenças que foram aproveitadas por algumas forças políticas angolanas, incentivando o surgimento de signos de identificação não à “nação” no seu todo, mas aos particularismos étnicos e regionais em alguns casos, fruto da fragilidade da construção do Estado-nação, como bem frisou Laurindo Vieira. (Vieira, 2007:197). Na intenção de se fazer justiça, com políticas afirmativas, muitos erros e várias injustiças foram cometidas durante a vigência da 1ª República. Foi a guerra contra a colonização que uniu os angolanos, e será também a guerra entre os próprios angolanos que impediu o programa estruturante de desenvolvimento político, econômico e social no pós independência. Num clima de relativa democracia e de paz que atualmente se vive em Angola, importante seria repensar como a educação poderá impulsionar o desenvolvimento do país no seu todo.

BIBLIOGRAFIA

FREIRE, P. (1977), *Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2ª edição.

_____. (1978), *Educação como Prática da Liberdade*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 6ª edição.

_____. (2011), *Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 50ª ed. Rev. e atual.

GEERTZ, C. (1989), *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC Livros Técnicos Científicos.

GRAMSCI, A. (2004), *Cadernos do Cárcere. Maquiavel - Notas sobre o Estado e a Política*. vol. 3. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HAAL, Stuart. (2003) *Da Diáspora, identidades e mediações culturais*. Org.: Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil.

_____. (2003). *Identidade cultural na pós-modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil.

INIDE, (2009), *Informação sobre a implantação do novo sistema de educação, reforma educativa do ensino primeiro e secundário em Angola*, Luanda.

JÚNIOR, Celestino Alves da Silva. (1993), *A Escola como local de trabalho*, São Paulo: Cortez Editota, 2ª edição

Ministério da Educação (1978). *Princípios de Base para A Reforma do Sistema de Educação e Ensino na República Popular de Angola*.

Ministério da Educação. (2001). *Plano de Acção Nacional de Educação para Todos*, Luanda.

SAMUELS, Michael Anthony (2011). *A História do Ensino em Angola [1878-1914]*. Luanda: Mayamba.

SEBASTIÃO, J. (2009). *Democratização do Ensino, Desigualdades Sociais e Trajetórias Escolares*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

VIEIRA, Laurindo. (2004). *Angola a dimensão ideológica da educação 1975-1992*. Luanda: Editora Nzila.

ZAU, Filipe. (2012). *Do Acto Educativo ao Exercício da Cidadania*, Luanda: Mayamba.

